



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11/18, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA E A CASA DA PROVIDÊNCIA,

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**, com sede à Av Eng. Fábio Roberto Barnabé, nº2800, Jd. Esplanada II, no município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ, sob o nº 44.733.608.0001-09, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **NILSON ALCIDES GASPAR**, brasileiro, engenheiro agrônomo, inscrito no RG sob nº 180.792.726, CPF sob o nº 102.119.548-02, e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, e pela Secretária Municipal de Educação, **RITA DE CASSIA TRASFERETTI**, brasileira, casada, portadora do RG nº 12.549.045-8 SSP/SP e do CPF nº 182.164.498-0 e de outro lado a **CASA DA PROVIDÊNCIA**, com sede administrativa na Rua Alberto Santos Dumont, nº 989, Cidade Nova, CEP 13.334.060, Indaiatuba/SP, E-mail: casadaprovidencia@terra.com.br, Fone:3318-1461 e 3329-0073, inscrita no CNPJ sob o nº 00.142.555/0001-78, representada por Padre **FRANCISCO DE PAULA CABRAL VASCONCELLOS**, portador do RG nº 2.907.352, e inscrito no CPF sob o nº 202.900.398-00, ora denominada simplesmente **ENTIDADE**, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, Lei Municipal nº 5.972, de 14 de dezembro de 2011, com as alterações promovidas pela Lei nº 6.003, de 17 de abril de 2012, consoante o processo administrativo nº 28851/17 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente TERMO tem por objeto a concessão, em favor da **ENTIDADE**, de Subvenção Social de até o limite de R\$ 4.533.750,00 (quatro milhões, quinhentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais), em parcelas mensais, destinados exclusivamente à manutenção dos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constante do Processo Administrativo nº 28851/17 e conforme autorizado pela Lei Municipal nº 6848/2017.

1.2. Serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, ordenadora da despesa, a fiscalização e acompanhamento das atividades e obrigações da **ENTIDADE**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1. A **ENTIDADE** beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento de cada parcela à Secretaria Municipal de Educação, que após conferência encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda, a qual deverá proceder ao exame contábil e financeiro dos documentos, opinando sobre a respectiva regularidade, submetendo-os, após, ao controle interno realizado pela Controladoria Geral do Município para auditoria.



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

2.2. O prazo fixado nesta cláusula poderá ser prorrogado pelo órgão concessor, em despacho devidamente fundamentado.

2.3. Com base nos documentos contábeis, fiscais e gerenciais, os órgãos a que se refere esta cláusula, deverão emitir parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos repassados à **ENTIDADE**, que atenda também à transparência da gestão definida pelo artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e às exigências das Instruções vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atestando, no mínimo:

- a) o recebimento da prestação de contas da entidade beneficiária, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;
- b) datas da prestação de contas e dos repasses concedidos;
- c) os valores transferidos e os comprovados, por fontes de recursos;
- d) a localização e o regular funcionamento da entidade que recebeu os recursos;
- e) a finalidade estatutária da entidade beneficiária;
- f) descrição do objeto dos recursos repassados, dos resultados alcançados e qual a economicidade obtida em relação ao previsto em programa governamental;
- g) o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;
- h) a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelos controles internos do órgão concessor.

2.4. Os saldos repassados para a **ENTIDADE**, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em conta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as respectivas prestações de contas, conforme determina a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, cujo processo deverá ser submetido a auditoria pela Controladoria Geral do Município.

2.5. A **ENTIDADE** deverá ainda atender o disposto na Lei nº 5.972, de 14 de dezembro de 2011, com as alterações promovidas pela Lei nº 6.003, de 17 de abril de 2012, sob pena de incorrer nas sanções previstas no referido diploma legal e, em especial, deverá declarar, sob as penas da lei, que não serão utilizados os respectivos valores para remunerar funcionários ou prestadores de serviços que tenham parentesco até o 3º grau, por consanguinidade ou por afinidade, em linha reta ou colateral, com os respectivos diretores da entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração, no valor total de R\$ 4.533.750,00 (quatro milhões, quinhentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais), correrão por conta das dotações orçamentárias sob nº 01.07.01.12.365.0005.2003.3.3.50.43.00 - DR 01.210.0000, consignadas no orçamento do exercício de 2018.



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

3.2. À **ENTIDADE** é vedado redistribuir os recursos de que cuida o presente instrumento, bem como prorrogar o prazo de sua aplicação, sem que haja prévia e expressa autorização do órgão concessor, ficando suspensas novas concessões, em caso de inadimplência.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Termo Colaboração vigorará por 12 (doze) meses, a partir da data da emissão da Nota de Empenho respectiva, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, por iguais e sucessivos períodos, desde que justificado o interesse recíproco das partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1. A **PREFEITURA** rescindir unilateralmente o presente Termo de Colaboração sempre que a **ENTIDADE** deixar de cumprir qualquer uma das Cláusulas constantes deste termo.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de Colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Indaiatuba/SP, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Indaiatuba, 02 de Janeiro de 2018.


NILSON ALCIDES GASPAR
Prefeito Municipal


RITA DE CASSIA TRASFERETTI
Secretária Municipal de Educação


Padre FRANCISCO DE PAULA CABRAL VASCONCELLOS
Casa da Providência



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

ANEXO RP-18 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - AUXÍLIOS/SUBVENÇÕES/CONTRIBUIÇÕES

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO (A): PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ENTIDADE BENEFICIÁRIA: CASA DA PROVIDÊNCIA

AUXÍLIO/SUBVENÇÃO/CONTRIBUIÇÃO: R\$4.533.750,00

Nº DA LEI AUTORIZADORA: 6848 - 14/12/2017

OBJETO: O presente Termo de Colaboração, tem por objeto a manutenção da Creche Municipal “Prof. Jorge Alves Brown”, da Creche Municipal “Prof.ª Ana Maria Pigatto”, da Creche Municipal “Prof.ª Vera Tosca Magnusson Belluomini” e da Creche Municipal “Dom Paulo de Tarso Campos”, nos termos do Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal da Educação, através do Processo Administrativo nº 28.851/2017.

ADVOGADO (S): (*)

Na qualidade de Órgão/Entidade Público(a) e Entidade Beneficiária, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São

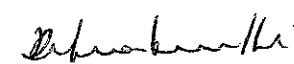



Prefeitura Municipal de Indaiatuba

Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Indaiatuba, 02 de Janeiro de 2018


NILSON ALCIDES GASP
Prefeito Municipal


RITA DE CASSIA TRASFERETI
Secretária Municipal de Educação


Padre FRANCISCO DE PAULA CABRAL VASCONCELLOS
Casa da Providência

A Diretoria do Departamento de Meio Ambiente de Indaiatuba, publica os pareceres dos Processos/Estabelecimentos relacionados ao Meio Ambiente, abaixo. O(s) responsável(s) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as boas práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências, ficando inclusive sujeito(s) ao cancelamento deste documento.

ASSUNTO: LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL – DEFERIDA

Processo Municipal Nº 30531/2017 Data entrada 01/12/2017

Requerente: NORKY INDÚSTRIA DE PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA - ME

Endereço: Alameda Plutão, 236 - American Park Empresarial NR

Atividade: Fabricação de periféricos para equipamentos de informática



PUBLICAÇÃO DE RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/17, FIRMADA ENTRE A MUNICIPALIDADE DE INDAIATUBA E HUGO TADEU METIDIERI – EIRELI EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8666/93 – Data: 09/06/17 – Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em UTI móvel, 5 (cinco), 8 (oito) e 12 (doze) horas para serem utilizados durante os eventos realizados pela Secretaria Municipal da Cultura, pelo prazo de 12 (doze) meses – Valor total estimado R\$ 42.876,20 - Pregão Presencial nº 33/17.

ERIKA HAYASHI KIKUTI

Secretaria Municipal de Cultura



PUBLICAÇÃO DE RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/17, FIRMADA ENTRE A MUNICIPALIDADE DE INDAIATUBA E DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA., NOS TERMOS DA LEI Nº. 8666/93 – Data: 26/06/17 – Objeto: Aquisição de conjunto de carteiras escolares, adulto e juvenil, para reposição e uso nas novas unidades Escolares, com entregas parceladas pelo prazo de 12 (doze) meses – Valor total estimado R\$ 415.796,00 - Pregão Eletrônico nº 05/17.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08/18 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E CRECHE PROTEÇÃO E AMPARO A CRIANÇA JERÔNIMO MENDONÇA - PAJEM , NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13019/14. - Data: 02/01/18 – Objeto: Concessão de Subvenção Social de até o limite de R\$ 1.209.000,00, em parcelas mensais, destinados exclusivamente à manutenção

dos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constante do Processo Administrativo nº 29246/17 e conforme autorizado pela Lei Municipal nº 6848/2017.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/18 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E DISPENSÁRIO ANTONIO FREDERICO OZANAN , NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13019/14. - Data: 02/01/18 – Objeto: Concessão de Subvenção Social de até o limite de R\$ 4.775.550,00 em parcelas mensais, destinados exclusivamente à manutenção dos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constante do Processo Administrativo nº 29051/2017 e conforme autorizado pela Lei Municipal nº 6848/2017

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 10/18 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL VINDE A MIM - ASSEVIM , NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13019/14. - Data: 02/01/18 – Objeto: Concessão de Subvenção Social de até o limite de R\$ 3.445.650,00 em parcelas mensais, destinados exclusivamente à manutenção dos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constante do Processo Administrativo nº 29349/17 e conforme autorizado pela Lei Municipal nº 6848/2017

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11/18 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E CASA DA PROVIDÊNCIA NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13019/14. - Data: 02/01/18 – Objeto: Concessão de Subvenção Social de até o limite de R\$ 4.533.750,00 em parcelas mensais, destinados exclusivamente à manutenção dos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constante do Processo Administrativo nº 28851/17 e conforme autorizado pela Lei Municipal nº 6848/2017.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 12/18 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E CRECHE MÃE RAINHA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13019/14. - Data: 02/01/18 – Objeto: Concessão de Subvenção Social de até o limite de R\$ 604.500,00 em parcelas mensais, destinados exclusivamente à manutenção dos projetos desenvolvidos pela entidade, nos termos do Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constante do Processo Administrativo nº 29049/17 e conforme autorizado pela Lei Municipal nº 6848/2017.

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 13/18 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E CASA DA CRIANÇA JESUS DE NAZARÉ , NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13019/14. - Data: 02/01/18 – Objeto: